

Macro Dev

Macroeconomia
e desenvolvimento
JULHO 2024 | Nº 58

Moçambique – Levar a bom termo a transformação do modelo de desenvolvimento

Autor
Alix Vigato

Sommaire

Resumo p. 3

1. Não obstante 30 anos de forte crescimento económico, Moçambique permanece um dos países mais pobres do planeta p. 4

2. Entre o voluntarismo reformador, o regresso dos doadores e as perspetivas na área do gás, a linha de ação macroeconómica em curso mostra-se positiva p. 6

3. No contexto de tendência de ascensão, o desafio da transformação do modelo de desenvolvimento moçambicano p. 8

Bibliografia p. 10

Lista dos gráficos p. 10

Lista de acrónimos e abreviaturas p. 11

Moçambique – Levar a bom termo a transformação do modelo de desenvolvimento

Alix Vigato – vigatoa@afd.fr

Data de fim da redação: 01/07/2024

Resumo: País da África Austral que se estende por 2800 quilómetros ao longo do Oceano Índico, Moçambique é o quinto Estado mais pobre do planeta e apresenta indicadores de desenvolvimento humano alarmantes. Não obstante um crescimento económico robusto ao longo dos últimos 30 anos, este é sobretudo impulsionado pela exploração de matérias-primas não transformadas ou pouco transformadas a nível local, o que resulta num modelo de desenvolvimento extrativista e fortemente desigual. Estado frágil marcado por décadas de confrontos e escândalos de corrupção, Moçambique mostra-se ainda como um dos países mais expostos às alterações climáticas do mundo.

No entanto, a linha de ação em curso é positiva. As autoridades celebraram em maio de 2022 um programa de financiamento com o Fundo Monetário Internacional (FMI) que ditou o regresso dos doadores após seis anos de ausência. Neste sentido, Moçambique beneficia de um afluxo de financiamentos externos e estão a ser realizadas ambiciosas reformas orçamentais, com resultados iniciais tangíveis. Acima de tudo, a exploração de imensas jazidas de gás pode dar azo a uma real recuperação económica a médio prazo, já que se calcula que o país detenha as décimas reservas mundiais de gás natural ao largo da província de Cabo Delgado, no extremo norte. Apesar de ameaçados e retardados pela recorrência dos ataques islâmicos na região, estes megaprojetos de gás poderão originar resultados totais da ordem dos 300 mil milhões de dólares até 2050, segundo o Banco Mundial, ou seja, quase 15 vezes o PIB atual.

A descoberta de um património considerável na área do gás constitui uma oportunidade histórica para a economia moçambicana, podendo mesmo vir a alterar a sua dimensão. Apesar de ter originado fortes expectativas na população, o caminho em direção a um desenvolvimento socioeconómico harmonioso parece estar repleto de obstáculos. Com as eleições gerais marcadas para o outono de 2024, o principal desafio para o presidente eleito será o de levar a bom termo a transformação do modelo de desenvolvimento do país.

Temática: **Macroeconomia**

Área geográfica: **Moçambique**

1. Não obstante 30 anos de forte crescimento económico, Moçambique permanece um dos países mais pobres do planeta

Moçambique é uma das economias mais dinâmicas do mundo desde há três décadas, tendo alcançado um crescimento económico de 6,6%, em média, entre 1992 (fim da guerra civil) e 2023. Trata-se do oitavo melhor desempenho a nível global neste período e apenas a Guiné Equatorial e a Etiópia registaram melhores resultados na África Subsariana (14,1% e 7,9%, respetivamente). No entanto, estes bons resultados macroeconómicos contrastam com a lenta evolução dos indicadores de desenvolvimento humano do país. Com um PIB per capita inferior a 1500 dólares em Paridade do Poder de Compra em 2022 (ou seja, 647 em dólares constantes), **Moçambique é o quinto Estado mais pobre do planeta**, ultrapassado

somente pelo Burundi, a República Centro-Africana, a República Democrática do Congo e a Somália. Naturalmente, integra a lista dos Países Menos Desenvolvidos (PMD) e dos Países de Baixos Rendimentos (PBR) e classifica-se no 185.º lugar de uma lista de 191 países no que respeita ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU. Além disso, três quartos da população vivem em situação de pobreza extrema (limiar de 2,15 dólares em PPC) e os progressos alcançados em matéria de alfabetização (60%), de esperança de vida (59 anos), de acesso à eletricidade (31%) e de prevalência do VIH (12% dos adultos) mostram-se insuficientes, ou mesmo nulos, no longo prazo.

Quando 1 - Indicadores de Desenvolvimento Humano de Moçambique

	Anos				Δ 2000-2022	
	1990	2000	2010	2022*	Absoluto	Relativo
PIB por habitante (a dólares constantes, PPC)	461	621	1044	1251	+630	+101%
Índice de Desenvolvimento Humano	0,28	0,30	0,41	0,46	+0,16	+53%
Taxa de pobreza extrema (% 2,15 USD 2017 PPC)	/	83	71	76	-7	-8%
Taxa de alfabetização (%)	27	39	51	60	+21	+54%
Esperança de vida (anos)	42	49	54	59	+10	+20%
Taxa de mortalidade infantil (‰)	179	112	71	51	-61	-54%
Taxa de acesso à eletricidade (%)	/	6	19	31	+25	+408%
Taxa de prevalência do VIH (% 15-49 anos)	/	9	12	12	+3	+35%

*2022 ou dado mais recente disponível

Fontes: Banco Mundial, ONU, cálculos da AFD

Este paradoxo entre crescimento económico robusto e indicadores de desenvolvimento humano fracos deve-se sobretudo à natureza do modelo de desenvolvimento moçambicano. Como atesta a orientação das suas infraestruturas segundo um eixo leste/oeste, que tem por objetivo, historicamente, exportar na forma bruta os recursos do país e dos Estados sem litoral vizinhos para o oceano Índico, **a economia baseia-se sobretudo na exploração de matérias-primas não transformadas ou**

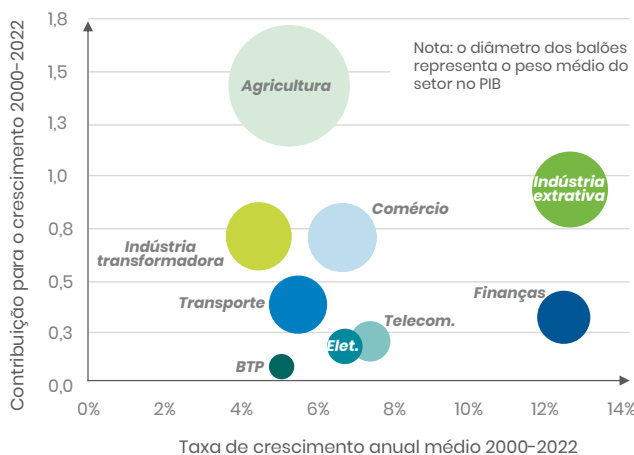
pouco transformadas a nível local. A agricultura (maioritariamente de subsistência), a indústria extrativa (carvão, rubi, grafite, titânio, zircónio) e a produção de alumínio constituem, assim, os principais motores de crescimento. Extrativista, este modelo é simultaneamente orientado para o exterior (abertura comercial de 100% do PIB) e financiado pelo exterior (afluxos de IDE de 24% do PIB, em média, no período de 2010-2022, o terceiro melhor desempenho global ao longo do período).

Pouco inclusivo e caracterizado por oligopólios, este modelo provoca uma redistribuição limitada dos resultados do crescimento: com um índice de Gini de 50 em 2019, **Moçambique é o décimo país mais desigual do mundo** (média de 41 na África Subsaariana, Banco Mundial). A extração de matérias-primas não transformadas ou pouco transformadas a nível local antes da exportação conduz igualmente a uma baixa criação de postos de trabalho, resultando num setor informal onnipresente, que absorve 95% dos trabalhadores. Estas desigualdades mostram-se largamente regionalizadas. Historicamente, os polos de atividade organizaram-se sobretudo em torno das cidades costeiras e ao longo dos corredores de exportação. Num país que se estende por 2800 quilómetros de comprimento e que dispõe de poucas vias de comunicação entre o norte e o sul, a proeminência de algumas cidades costeiras (entre as quais a capital, Maputo, no extremo sul) conduziu à marginalização de vastas zonas do território, em especial as províncias interiores e do norte.

Estes lentos progressos socioeconómicos são igualmente imputáveis a uma governação deteriorada. **Marcada por décadas de confrontos, a ação da administração pública está manchada por acusações de fraude eleitoral e de escandalosos casos de corrupção** (em especial, o “escândalo das dívidas ocultas” em 2016^[1]) que afetam a confiança dos cidadãos no Estado e na administração, a eficácia das políticas macroeconómicas e a qualidade dos serviços públicos. Cinco dos seis indicadores de governação do Banco Mundial posicionam, assim, o país no último quartil global: estabilidade política (11.º centil), respeito do Estado de direito (16.º), corrupção (22.º), qualidade da regulamentação (23.º) e eficácia da governação (25.º, WGI). Além disso, Moçambique classifica-se no 145.º lugar numa lista de 180 países no Índice de Perceção da Corrupção da Transparency International.

Por fim, a forte exposição de Moçambique às catástrofes naturais deve ser destacada como um travão de peso ao seu desenvolvimento. Como mostram os danos causados pelo ciclone Freddy no início de 2023, o Banco Mundial calcula que as tempestades e inundações tenham afetado um total de 8,8 milhões e 6,6 milhões de pessoas, respetivamente, desde há 40 anos. Quase metade da população é igualmente afetada por episódios de seca e, a um nível mais generalizado, por períodos prolongados de dificuldades de acesso à água todos os anos. Em última análise, o custo dos danos associados às catástrofes naturais está estimado em 5 pontos percentuais do PIB, em média, com uma forte variação (11,3 pontos percentuais em 2019). Desde então, **Moçambique é o quarto país com o volume mais elevado de danos humanos e materiais causados por fenómenos climáticos extremos no período de 2000-2019**, ultrapassado apenas por Myanmar, o Haiti e as Filipinas (proporcionalmente à sua população e ao seu PIB, German Watch).

Gráfico 1 – A agricultura e a indústria extrativa são os principais motores da atividade



Fontes: INE, cálculos da AFD

[1] No período de 2013-2014, foram contraídos empréstimos no valor de 2,2 mil milhões de dólares (12% do PIB) por três empresas públicas com o objetivo de adquirir uma frota de pesca de atum e equipamentos marítimos. Estes empréstimos beneficiaram de uma garantia soberana sem aprovação do Parlamento e os doadores não foram informados previamente (isto enquanto o país beneficiava de um programa do FMI), além de que uma grande parte terá sido desviada. A revelação deste “escândalo das dívidas ocultas” em 2016 manchou profundamente a imagem de Moçambique no panorama internacional e resultou na interrupção do apoio orçamental dos doadores e numa retração do investimento estrangeiro, mergulhando o país na crise económica.

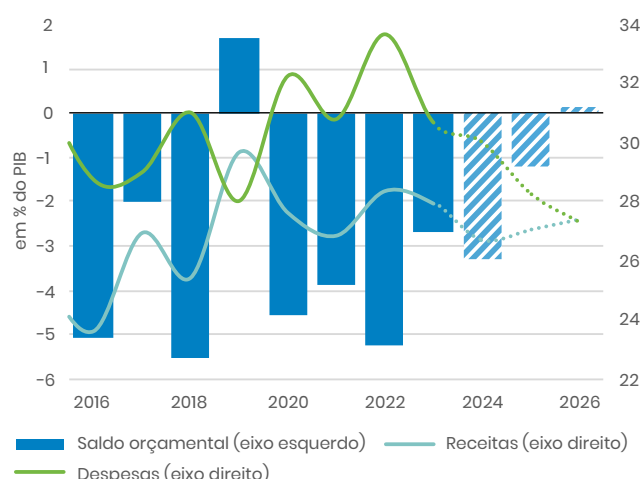
2. Entre o voluntarismo reformador, o regresso dos doadores e as perspectivas na área do gás, a linha de ação macroeconómica em curso mostra-se positiva

As finanças públicas constituem um dos principais pontos fracos da economia moçambicana. O orçamento parece minado por uma massa salarial crescente da função pública (que absorve dois terços das receitas), a onipresença do setor informal, o peso das despesas de segurança, as falhas na gestão da tesouraria (recorrência de pagamentos em atraso), as diversas isenções fiscais atribuídas, a corrupção e, de forma mais generalizada, uma profunda falta de transparência. A explosão do “escândalo das dívidas ocultas” em 2016 contribuiu para acentuar os desequilíbrios já existentes: com o país alicerçado essencialmente nos fluxos da dívida concessional, a suspensão do apoio orçamental dos doadores obrigou as autoridades a recorrer a dispendiosos meios de financiamento alternativos (bancos locais, mercados internacionais), o que fez disparar o peso da dívida.

Contudo, desde 2022 estão a ser implementados importantes esforços de consolidação, entre os quais uma ambiciosa reforma da função pública^[2], a reintrodução do mecanismo de ajustamento dos preços dos combustíveis^[3] e a eliminação de uma série de isenções do IVA. A curto e a médio prazo, o processo das reformas deverá prosseguir com novas medidas que visam reduzir a massa salarial da função pública (teoricamente reduzida para 10% do PIB em 2028, -7 pontos percentuais em relação a 2022)^[4], modernizar o quadro de gestão da tesouraria e reforçar a supervisão das empresas públicas. Estas reformas

estão associadas ao **“regresso dos doadores”**^[5] **a Moçambique, ao fim de seis anos de ausência.** Impulsionado pela celebração de um programa do FMI (linha de crédito alargada de aproximadamente 450 milhões de dólares para o período de 2022-2025), este regresso propicia um afluxo de financiamentos externos concessionais, nomeadamente das doações, que representaram mais de 4% do PIB em 2022 e em 2023 (face a menos de 2% no período de 2016-2021). Em última análise, as reformas implementadas e o regresso dos doadores permitiram reduzir quase para metade o défice orçamental entre 2022 e 2023, que passou de 5,2% para 2,7% do PIB. Calcula-se que aumente novamente em 2024 devido, nomeadamente, à organização das eleições presidenciais, mas o saldo tende a aproximar-se do equilíbrio, prevendo-se mesmo um ligeiro excedente a partir de 2026, de acordo com o FMI.

Gráfico 2 – As reformas e o regresso dos doadores propiciam uma redução considerável do défice orçamental



Fontes: INE, cálculos da AFD

[2] Baixa dos salários de 20% para 30% (à exceção dos quatro segmentos inferiores), eliminação do 13.º mês em 2022, não substituição de dois funcionários em cada três (à exceção das áreas da saúde, educação, justiça e agricultura).

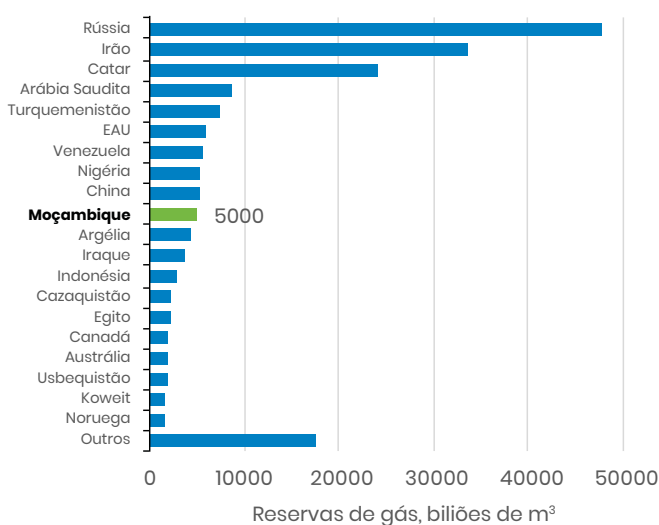
[3] Mecanismo suspenso entre agosto de 2022 e maio de 2023.

[4] Não substituição de dois funcionários em cada três até 2028, congelamento dos salários até 2025 com subsequente indexação à inflação, reajustamento da dotação ligada ao 13.º mês, congelamento das promoções até 2026, processo de reforma antecipada para 25.000 funcionários (total de 500.000) e auditoria conduzida com vista a eliminar os “funcionários-fantasma” da administração.

[5] O essencial do apoio orçamental dos doadores foi suspenso entre 2016 e 2022 (à exceção do período da pandemia), mas o instrumento de ajuda ao projeto manteve-se.

Em paralelo a estes elementos orçamentais, a economia poderá mudar de dimensão a médio prazo vindo a tornar-se numa grande produtora de gás natural. Com efeito, entre 2010 e 2013, foram descobertas imensas jazidas offshore ao largo da província de Cabo Delgado (extremo norte). Com 5000 mil milhões de metros cúbicos de potenciais ativos, **estima-se que Moçambique detenha as décimas reservas mundiais de gás natural** e poderá rapidamente tornar-se no terceiro exportador de Gás Natural Liquefeito (GNL) do planeta (depois do Catar e da Austrália). A extração e a liquefação do gás natural serão levadas a cabo por meio de três megaprojetos distintos: Coral Sul FLNG, da responsabilidade da empresa Eni, Mozambique LNG, da responsabilidade da TotalEnergies, e Rovuma LNG, da responsabilidade da ExxonMobil.

Gráfico 3 – Estima-se que Moçambique detenha as décimas reservas mundiais de gás natural



Fontes: CIA, cálculos da AFD

Necessitando de um investimento total de cerca de 60 mil milhões de dólares, **estes megaprojetos poderão gerar resultados de cerca de 300 mil milhões de dólares até 2050, ou seja, 15 vezes o PIB atual** (Banco Mundial). Contudo, as previsões variam em função das hipóteses apontadas, já que os projetos em curso poderão ser alvo de extensões e recentemente houve vendas em leilão para novos blocos. Além de uma forte subida do PIB, este património de gás permitirá alcançar

substanciais receitas orçamentais, das quais cerca de um terço será revertido ao Estado. De igual modo, as exportações de GNL irão reequilibrar a balança de pagamentos, nomeadamente com uma conta corrente (em défice constante desde 1977) que rapidamente alcançará um excedente.

Ao fim de cinco anos de trabalho, **a produção da Coral Sul FLNG foi lançada em novembro de 2022, mas a Mozambique LNG e a Rovuma LNG estão longe de iniciar a sua produção**. Claramente mais importantes, estes dois megaprojetos exigem o desenvolvimento de trens de liquefação onshore, ao contrário da Coral Sul FLNG, que recorre a uma plataforma flutuante de liquefação de gás. Contudo, os ataques de grupos islâmicos em Cabo Delgado (cerca de 5000 mortos, até 800.000 deslocados internos) conduziram a numerosos atrasos desde 2017. A TotalEnergies suspendeu, assim, por motivos de “força maior”, a Mozambique LNG em abril de 2021 e a Rovuma LNG aguarda uma decisão final de investimento. Por conseguinte, os lançamentos destes dois megaprojetos só deverão concretizar-se em 2027 e 2029, respetivamente, de acordo com o FMI.

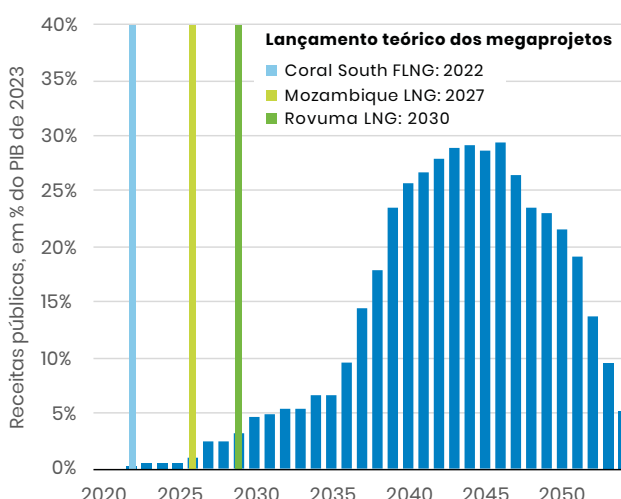
Na medida em que os compromissos relativos à neutralidade de carbono implicam uma diminuição rápida do consumo global de hidrocarbonetos, **uma maior dependência do gás natural constitui uma vulnerabilidade considerável**. No entanto, é provável que a procura global por gás natural se mantenha a médio prazo, pelo menos durante uma fase de transição. Além disso, **o risco de reviravolta da procura e dos preços parece, teoricamente, estar sob controlo**, já que uma grande parte da produção moçambicana ainda não extraída foi já vendida por meio de contratos de longo prazo (20 primeiros anos de produção da Coral Sul FLNG, 90% da produção da Mozambique LNG).

3. No contexto de tendência de ascensão, o desafio da transformação do modelo de desenvolvimento moçambicano

Enquanto Moçambique se confronta com desafios de desenvolvimento consideráveis, a descoberta de um imenso património de gás constitui uma oportunidade histórica para transformar o modelo de crescimento do país. No entanto, o caminho em direção a um desenvolvimento socioeconómico harmonioso parece estar repleto de obstáculos.

Em primeiro lugar, **o risco de derrapagem orçamental permanece considerável, pelo menos até 2030**. Apesar das reformas e do apoio dos doadores, Moçambique continua a ser um dos países mais endividados da África Subsariana. Com uma dívida pública que representava 92% do PIB no final de 2023, o país apresenta o quarto rácio mais elevado da região (depois de Cabo Verde, da Zâmbia e do Congo). Embora se espere que, mais à frente, o disparar das receitas associadas à exploração do gás venha a permitir um reequilíbrio orçamental, os resultados permanecerão marginais até 2030 e só aumentarão significativamente a partir de 2035 devido ao lento aumento da produção e a contratos que definem um período inicial de recuperação dos custos por parte das *majors*. Assim, **após uma longa fase de transição, o país terá de lidar com um espaço orçamental reduzido e fontes de financiamento bastante limitadas**: doadores já fortemente solicitados, endividamento externo não concessional proibido (termos do programa do FMI) e empréstimos locais profundamente onerosos. Neste contexto, a continuação das reformas de consolidação e a manutenção do apoio dos doadores surgem como imperativos, tanto mais que o risco de choque na economia e/ou de novo atraso dos megaprojetos não pode ser excluído. Independentemente e apesar das necessidades de investimento prementes, uma grande parte do património será atribuído a um fundo soberano. Esta opção visa estabilizar o orçamento em caso de choque, gerar rendimentos pós-exploração do gás e assegurar uma gestão transparente do património, mas implica que 40% das receitas de gás do Estado (e posteriormente 50% ao fim de 15 anos) sejam investidas em ativos no estrangeiro (e que não virão, assim, alimentar diretamente o orçamento).

Gráfico 4 – As receitas obtidas com a exploração de gás devem permanecer marginais até 2030



Fonte: Ministério das Finanças, FMI, cálculos da AFD

A transformação do modelo de desenvolvimento não poderá ser assegurada somente pelo Estado moçambicano, já fortemente endividado, e a história económica recente prova que uma atividade que depende essencialmente de megaprojetos extrativos e industriais não permite garantir a criação de postos de trabalho suficientes. Por conseguinte, foram lançadas nestes últimos anos medidas iniciais que visam estimular a atividade não centrada nas matérias-primas e favorecer o investimento, nomeadamente o Pacote de Medidas de Aceleração Económica, em meados de 2022^[6]. No entanto, **a emergência de um setor privado formal dinâmico mostra-se ainda dificultada por um clima empresarial deteriorado**. Os obstáculos são muitos: ausência gritante de infraestruturas, falhas do setor bancário (crédito ao setor privado de 18% do PIB em 2023 face a 25% na África Subsariana), recorrência de

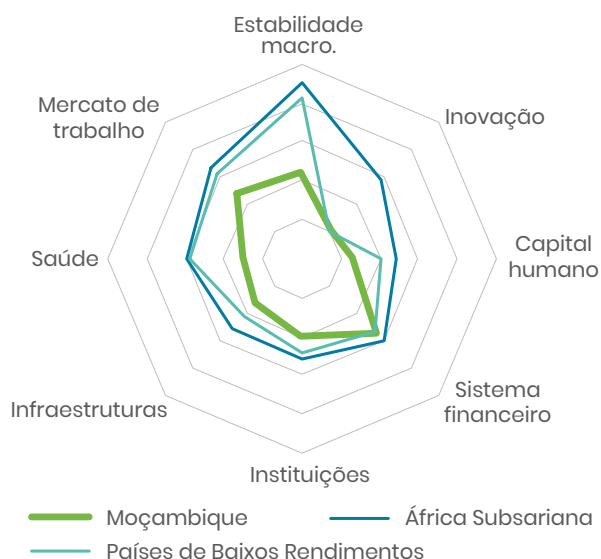
[6] Estas medidas incluem, nomeadamente, uma descida de um ponto percentual do IVA, isenções fiscais em vários setores-chave (agricultura, transportes e energia), a criação de um fundo de garantia de 120 milhões de dólares para as PME, uma simplificação dos procedimentos de repatriamento dos capitais ou ainda isenções de visto para empresários e turistas.

pagamentos em atraso do Estado, forte centralização do poder e da riqueza em Maputo, défice de competências locais, corrupção endémica, raptos de empresários, etc. De forma mais generalizada, **as perspetivas de diversificação da economia mostram-se limitadas**. Na medida em que o essencial da produção de gás se destina à exportação, a chegada maciça de divisas deverá provocar uma forte apreciação da moeda local e, em última análise, uma perda de competitividade mecânica das atividades não ligadas ao gás. A economia depende hoje quase exclusivamente da exploração das matérias-primas, mas os esforços que visam favorecer o desenvolvimento de novos setores correm o risco de serem rapidamente comprometidos por este fenómeno de “doença holandesa”. A menos que a utilização deste património seja rigorosamente controlada, uma dependência acrescida das matérias-primas mostra-se dificilmente evitável, com o risco de uma exposição dos agregados macroeconómicos às cotações internacionais de modo ainda mais profundo do que se verifica atualmente.

Por fim, e apesar do voluntarismo demonstrado, **a capacidade das autoridades para implementar reformas estruturais de peso arrisca esbarrar em questões de economia política**. A natureza fundamentalmente desigual do modelo económico moçambicano, as ligações ambíguas entre a esfera política e o mundo empresarial, o passivo de corrupção do país e um historial de conflitos violentos suscitam preocupações de que haja efetivamente uma captação dos rendimentos por parte de uma minoria. Por conseguinte, não é possível excluir o risco de um desenvolvimento semelhante ao de Angola, do Congo ou da Nigéria, três países africanos com rendimentos médios, extremamente desiguais e cujos equilíbrios macroeconómicos estão demasiado expostos às cotações dos hidrocarbonetos.

Com eleições gerais marcadas para o outono de 2024 e com o atual presidente, Filipe Nyusi, impedido de se apresentar para um terceiro mandato, **a transformação do modelo de desenvolvimento moçambicano deverá constituir o principal desafio do novo presidente eleito**. Trata-se de uma tarefa de peso e o caminho para a alcançar está repleto de obstáculos, mas constitui algo fundamental. Foi já há mais de 10 anos que se deu a descoberta de gás em Cabo Delgado, o que fez nascer esperanças e expectativas imensas no seio de uma população jovem (dois terços têm menos de 25 anos) e que deverá duplicar até 2050.

Gráfico 5 – O clima empresarial moçambicano mostra-se claramente deteriorado



Fonte: Fórum Económico Mundial, cálculos da AFD

Bibliografia

Auge, B., & Gazier, B. (2020). *Mozambique : le boom gazier n'aura pas lieu*. IFRI.

Frenoux, D. (2018). *Mozambique : la gouvernance des ressources naturelles entre "manne" et conflits*. *Afrique contemporaine* 2018/2 (Nº 266).

Fundo Monetário Internacional. (2024). *Republic of Mozambique: Third Review Under the Three-Year Arrangement Under the Extended Credit Facility*.

Ministério da Economia e Finanças de Moçambique. (2015). *Revisão da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Económico 2015-2035*.

Ministério da Economia e Finanças de Moçambique. (2016). *Receitas do Governo a partir de Projetos de Gás*.

Banco Mundial. (2018). *Mozambique Poverty Assessment 2018*.

Banco Mundial. (2019). *Mozambique: Economic Situation Review*.

Banco Mundial. (2023). *Mozambique Country Climate and Development Report*.

Lista dos gráficos

Quadro 1: Indicadores de Desenvolvimento Humano de Moçambique

Gráfico 1: A agricultura e a indústria extrativa são os principais motores da atividade

Gráfico 2: As reformas e o regresso dos doadores propiciam uma redução considerável do défice orçamental

Gráfico 3: Estima-se que Moçambique detenha as décimas reservas mundiais de gás natural

Gráfico 4: As receitas obtidas com a exploração de gás devem permanecer marginais até 2030

Gráfico 5: O clima empresarial moçambicano mostra-se claramente deteriorado

Lista de acrónimos e abreviaturas

FDI	Fundo Monetário Internacional	PBR	Países de Baixos Rendimentos
GNL	Gás Natural Liquefeito	PMD	Países Menos Desenvolvidos
IDE	Investimento Direto Estrangeiro	PPC	Paridade do Poder de Compra
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano	WGI	<i>Worldwide Governance Indicators</i>

As Éditions Agence française de développement publicam análises e investigação sobre questões de desenvolvimento sustentável. Realizadas conjuntamente com numerosos parceiros no Norte e no Sul, estas publicações contribuem para uma melhor compreensão dos desafios enfrentados pelo nosso planeta e para a implementação de acções concertadas no âmbito dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. Com um catálogo de mais de 1.000 títulos e uma média de 80 novas publicações publicadas por ano, as Éditions Agence française de développement promovem a divulgação de conhecimentos nas suas próprias publicações e através de parcerias estratégicas. Pode ler todas as nossas publicações em acesso aberto em editions.afd.fr. Por um mundo em comum

Aviso

As análises e conclusões deste documento são sobre a responsabilidade dos autores. Não necessariamente traduzem as posições da Agence Française de Développement

Diretor da publicação Rémy Rioux

Editor executivo Thomas Mélonio

Concepção gráfica MeMo, Juliegilles, D. Cazeils

Desenho gráfico eDeo-design.com

Tradução Cadenza

Data de fim da redação: 01/07/2024

Créditos e permissões

Licença Creative Commons

Atribuição – Sem comercialização – Sem modificação
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>



Depósito legal 3º trimestre 2024

ISSN 2266-8187